

BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, cujo lucro líquido no semestre foi de R\$ 108.182 mil (R\$ 45.475 mil em 30 de junho de 2021), os ativos totais, R\$ 9.378.802 mil (R\$ 8.545.054 mil em 31 de dezembro de 2021) e a carteira de crédito R\$ 3.497.136 mil (R\$ 2.532.626 mil em 31 de dezembro de 2021).

Dividendos:

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 30 de junho de 2022 se optou pelo não provisionamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura.

Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 29 de agosto de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do Banco Sumitomo Mitsui
Brasileiro S.A.**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g e 9, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, as operações de crédito e câmbio são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). O Banco aplica os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o Banco reconhece uma provisão adicional, com base em metodologia interna. A classificação das operações de crédito em níveis de risco e a mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito envolvem premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e a complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, às metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“*ratings*”) dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Adicionalmente, avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais e os valores dados em garantias formais, incluindo as metodologias e premissas utilizadas para a provisão. Analisamos o cálculo aritmético da provisão, incluindo na avaliação o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo avaliação das estruturas de hedge contábil

Conforme notas explicativas nº 3.f e 7 item 4, o Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e mitigação de riscos de moedas estrangeiras e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados. Esses instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Swap, *Non Deliverable Forward* (NDF) e Futuros. A metodologia de marcação a mercado desses instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte. Adicionalmente, o Banco possui contratos de Futuros, que foram realizados com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Essas operações foram designadas como derivativo de “*hedge*” e classificados em operações de “*Hedge*” de Risco de Mercado ou “*Hedge*” de Fluxo de Caixa. As operações designadas para “*hedge*” são mensuradas a valor de mercado. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de “*hedge*” devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros

derivativos, além de políticas e controles para garantir a sua efetividade. Devido à incerteza sobre as premissas e estimativas envolvidas para precificação dos instrumentos financeiros derivativos e para mensuração a valor de mercado do item objeto de “*hedge*”, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave adotados pelo Banco para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo os derivativos destinados a “*hedge*”, e dos itens objeto de “*hedge*”. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os modelos desenvolvidos pelos profissionais do Banco para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor justo com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das estratégias de proteção adotadas pelo Banco, incluindo aquelas relacionadas a contabilidade de hedge para preservar o *spread* das aplicações, depósitos interfinanceiros e operações de repasse. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pelo Banco que suporta a designação como contabilidade de “*hedge*”, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias e metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Efetuamos ainda o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pelo Banco. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pelas normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo os derivativos destinados a “*hedge*”, e dos itens objeto de “*hedge*”, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente pela opinião da auditoria.

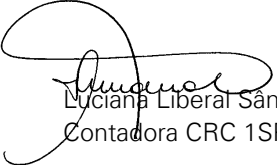
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP027685/O-0



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Balancos Patrimoniais
 Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Junho/2022	Dezembro/2021
Disponibilidades	4	70.916	567.751
ATIVOS FINANCEIROS		9.085.403	7.809.256
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.764.480	1.730.187
Aplicações no mercado aberto		1.981.997	910.312
Aplicações em depósitos interfinanceiros		698.685	819.874
Aplicações em moeda estrangeira		83.798	1
Titulos e Valores Mobiliários	6	1.798.725	2.206.441
Carteira própria		932.837	1.671.170
Vinculados Prestação de Garantias		865.888	535.271
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	268.703	65.081
Relações Interfinanceiras		299.119	537.987
Depósitos no Banco Central do Brasil - BACEN		3.090	3.015
Repasse Interfinanceiros	8	296.117	535.121
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(88)	(149)
Operações de Crédito		2.039.786	1.685.692
Empréstimos	9.a	2.043.546	1.688.319
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.e	(3.760)	(2.627)
Operações de Câmbio		1.914.590	1.583.868
Carteira de Câmbio	10	1.917.402	1.586.013
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.e	(2.812)	(2.145)
OUTROS ATIVOS	12	67.155	38.258
ATIVOS FISCAIS	11	148.606	122.391
Ativos tributários correntes		9.090	18.184
Crédito Tributário		139.516	104.207
INVESTIMENTOS		123	123
IMOBILIZADO DE USO	13.a	3.198	3.404
Outras imobilizações de uso		16.488	16.288
Depreciações acumuladas		(13.290)	(12.884)
INTANGÍVEL	13.b	3.401	3.871
Ativos Intangíveis		14.637	14.457
Amortizações acumuladas		(11.236)	(10.586)
TOTAL ATIVO		9.378.802	8.545.054

PASSIVO	Nota	Junho/2022	Dezembro/2021
PASSIVOS FINANCEIROS		7.109.665	6.269.918
Depósitos	14	1.810.812	1.671.795
Depósitos à vista		122.250	147.287
Depósitos a prazo		1.688.562	1.524.508
Relações Interfinanceiras	555		-
Relações Interdependências		46.833	55.271
Instrumentos financeiros derivativos	7	145.001	102.928
Obrigações por empréstimos no Exterior	15.a	1.644.829	927.194
Obrigações por repasses do Exterior	15.b	2.874.682	2.807.402
Carteira de câmbio	10	586.953	705.328
OUTROS PASSIVOS	16.a	52.829	118.583
PROVISÕES	16.b	58.631	68.684
Fiscais, cíveis e trabalhistas		25.393	32.343
Outras		33.238	36.341
PASSIVOS FISCAIS		157.976	138.040
Passivos tributários correntes	19.a	40.413	61.989
Obrigações fiscais diferidas	19.c	117.563	76.051
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.999.701	1.949.829
Capital:		1.559.699	1.559.699
De domiciliados no país		2	2
De domiciliados no exterior		1.559.697	1.559.697
Reservas de Lucros		535.824	427.642
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		(820)	(993)
Hedge Fluxo de Caixa		(106.426)	(51.163)
Ajustes Ref. Passivos Atuais- CVM 600		(9.603)	(9.603)
Ajustes variação cambial investimentos		21.027	24.247
TOTAL PASSIVO		9.378.802	8.545.054

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Junho/2022	Junho/2021
Receitas da intermediação financeira		<u>232.825</u>	<u>37.620</u>
Operações de crédito	20.a	102.946	42.920
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b	229.279	59.181
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.c	(116.514)	(46.475)
Resultado de operações de câmbio	20.d	17.114	(18.006)
Despesas da intermediação financeira		<u>(104.689)</u>	<u>(42.891)</u>
Operações de captação no mercado	20.e	(90.251)	(27.595)
Operações de empréstimos e repasses	20.f	(14.438)	(15.296)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>128.136</u>	<u>(5.271)</u>
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.e	(1.800)	(3.002)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>76.271</u>	<u>54.853</u>
Receitas de prestação de serviços	20.g	39.722	20.403
Despesas de pessoal	20.h	(42.330)	(36.076)
Outras despesas administrativas	20.i	(29.915)	(25.750)
Despesas tributárias	20.j	(10.648)	(6.486)
Outras receitas / (despesas) operacionais	20.k	112.492	101.476
(Provisão) / Reversão de provisão para passivos contingentes	20.l	6.950	1.286
Resultado operacional		<u>202.607</u>	<u>46.580</u>
Resultado não operacional	20.m	<u>9</u>	<u>10</u>
Resultado antes da tributação		202.616	46.590
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(92.194)</u>	<u>110</u>
Imposto de Renda		(22.691)	(10.006)
Contribuição Social		(17.722)	(8.502)
Ativo Diferido Fiscal		(51.781)	18.618
Participações estatutárias		<u>(2.240)</u>	<u>(1.225)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>108.182</u></u>	<u><u>45.475</u></u>
Quantidade de ações		<u>1.559.699</u>	<u>1.559.699</u>
Lucro por lote de mil ações - R\$		<u><u>69,36</u></u>	<u><u>29,16</u></u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
 Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Junho/2022	Junho/2021
Lucro líquido do período	108.182	45.475
Resultado abrangente que podem ser reclassificado subsequentemente para o lucro líquido:	(58.310)	(10.479)
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação de valor justo	315	(7.051)
Efeito Fiscal	(142)	3.173
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior		
Variação de valor justo	(5.855)	(3.413)
Efeito Fiscal	2.635	1.536
Hedges fluxo de caixa		
Variação de valor justo	(100.478)	(8.589)
Efeito Fiscal	45.215	3.865
Total de outros resultados abrangentes no período	(58.310)	(10.479)
Resultado abrangente total	49.872	34.996

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva Lucros			Outros Resultados Abrangentes				Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Legal	Estatutárias	Próprios	Ganhos e Perdas - Hedge	Ajuste Passivos Atuariais	Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.559.699	15.534	256.101	3.299	(3.970)	(10.869)	20.635	-	1.840.429
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos					(3.878)	(4.724)				(8.602)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524								(1.877)		(1.877)
Lucro líquido do semestre									45.475	45.475
Reserva legal	18.c		2.274						(2.274)	-
Reserva estatutária	18.d			43.201					(43.201)	-
Saldos em 30 de junho de 2021		1.559.699	17.808	299.302	(579)	(8.694)	(10.869)	18.758	-	1.875.425
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.559.699	23.334	404.308	(993)	(51.163)	(9.603)	24.247	-	1.949.829
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos					173	(55.263)				(55.090)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior Resolução 4.524								(3.220)		(3.220)
Lucro líquido do semestre									108.182	108.182
Reserva legal	18.c		5.409						(5.409)	-
Reserva estatutária	18.d			102.773					(102.773)	-
Saldos em 30 de junho de 2022		1.559.699	28.743	507.081	(820)	(106.426)	(9.603)	21.027	-	1.999.701

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A .
Demonstração do Fluxo de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Junho/2022</u>	<u>Junho/2021</u>
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido Ajustado	29.490	18.096
Resultado do período	108.182	45.475
Ajustes ao lucro líquido	(78.692)	(27.379)
Ajuste ao Valor de Mercado de T.V.M e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	(119.131)	(8.135)
Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(305)	7.029
Ajuste de Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	1.800	3.002
Ajuste de Provisão (reversão) para Operações Interfinanceiras	(61)	(1)
Ajuste de Provisão (reversão) para garantias financeiras prestadas	1.674	979
Depreciações e Amortizações	1.056	1.111
Ajuste de Provisão para Riscos Fiscais	(9.595)	(3.123)
Ajuste de Provisão para Passivos Contingentes	2.645	1.838
Tributos Diferidos	51.781	(18.618)
(Atualização) Monetária / Reversão de Depósitos Judiciais	(178)	(176)
Provisões / Reversões para Gratificação de Pessoal	(7.279)	(6.370)
Outros	(1.099)	(4.915)
Varição de Ativos e Passivos	(1.361.456)	(203.257)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(944.773)	226.460
(Aumento) Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	365.603	157.911
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	231.046	39.329
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(355.227)	80.145
(Aumento) Redução em Operações da Carteira de Câmbio	(449.764)	(677.458)
(Aumento) Redução em Negociação e Intermediação de Valores (Ativos/Passivos)	(106.226)	(9.530)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(35.470)	(4.651)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	40.413	18.508
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(52.628)	(22.925)
(Redução) Aumento em Outros Passivos	(54.430)	(11.046)
Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades operacionais	(1.331.966)	(185.161)
Atividades de Investimentos		
(Aquisição) Alienação de Imobilizado Intangível	(180)	(968)
(Aquisição) Alienação de Imobilizado de Uso	(200)	(1.276)
Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de investimentos	(380)	(2.244)
Atividades de Financiamentos		
Aumento (Redução) em Depósitos	139.017	(90.276)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	786.014	(261.553)
Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de financiamentos	925.031	(351.829)
Aumento / (Redução) das Disponibilidades	(407.315)	(539.234)
Disponibilidades no Início do Período	567.751	119.391
Equivalente de Caixa no Início do Período	36.199	2.230.568
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no início do período	603.950	2.349.959
Disponibilidades no Final do Período	70.916	243.868
Equivalente de Caixa no Final do Período	125.719	1.566.857
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no final do período	196.635	1.810.725
Variações em Disponibilidades Líquidas e Equivalente de Caixa no período	(407.315)	(539.234)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco") está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio e de investimento, nos termos da Resolução nº 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Em 18 de janeiro de 2012, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil para a instalação de uma agência nas Ilhas Cayman. A documentação de aprovação para a instalação da agência foi emitida em 08 de janeiro de 2013. O Banco iniciou efetivamente, as atividades operacionais na agência em setembro de 2013. Os saldos contábeis das dependências no exterior estão contemplados nas demonstrações financeiras.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução CMN n.º 4.818/2020 .

Na elaboração dessas demonstrações financeiras, foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01)
- Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxo de caixa (CPC 03)
- Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24)
- Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10)
- Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
- Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.877/20 - Benefícios a empregados (CPC 33 R1)
- Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02)

- Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04)
- Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27)
- Resolução CMN nº 4.636/18 - Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1)
- Resolução CMN nº 4.748/19 - Mensuração do valor justo (CPC 46)
- Resolução CMN nº 4.818/20 - Resultado por Ação (CPC 41)

Alterações na apresentação das demonstrações financeiras

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01/01/2021, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Resolução BCB nº 2/2020 o Banco realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras, atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos:

Balanço Patrimonial

Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões.

Demonstração do Resultado

Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial.

Apresentação em destaque das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Demonstração do Resultado Abrangente

A demonstração do resultado abrangente engloba o resultado e os outros resultados abrangentes do exercício, separados em itens que serão ou não reclassificados para o resultado em períodos posteriores. Outros resultados abrangentes são itens de receitas e despesas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. As demonstrações do resultado abrangente para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 são apresentadas nessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado.

Outras informações

O Banco não adotou a prerrogativa da Resolução CMN n.º 4.720/2019 e Resolução BCB n.º 2/2020, de divulgar demonstrações financeiras anuais acompanhadas de notas explicativas selecionadas.

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2022 foi concedida pela Diretoria em 29 de agosto de 2022.

3 Principais práticas contábeis

O Banco adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras:

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação do Banco é o Real.

As operações realizadas pela agência no exterior (Cayman) possuem como moeda funcional Dólar, porém para efeito da apresentação e consolidação no Banco o valor é convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil.

O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com a resolução CMN n.º 4.524/16.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “*pro rata die*” para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria de títulos para negociação e nem são mantidos até o vencimento são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Instrumentos Financeiros Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em Bolsa de Valores são usados, dentro dos limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Esses limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são reportados diariamente à alta administração.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante,

levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 31 de janeiro de 2002, e a Carta-Circular BACEN nº 3.026, de 5 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de *Swap* e *Non Deliverable Forward* (“NDF”) e também Futuros, contabilizados com os seguintes critérios:

- Operações com futuros:

Os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

- Operações *Swap* e *Non Deliverable Forward*:

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro-rata die*” até a data do balanço.

As operações com instrumentos derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (*hedge*) à exposição global de riscos e que não caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, em conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como *hedge*:
 - De risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.
 - De fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.
 - No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro do intervalo de 80% e 125%.

g. Operações de crédito, câmbio e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e câmbio são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o Banco faz uma provisão adicional, com base em metodologia interna, elaborada pela sua matriz.

O Banco possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Banco. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do “*Obligor Grade*” - “*grading*” do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

O Banco contabiliza provisão sobre as garantias prestadas e operações de fianças, utilizando como critério, as mesmas políticas, observando, no mínimo, as premissas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação e seus devedores, conforme já mencionado acima.

h. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

i. Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do período. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de

vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

Atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

j. Ativo intangível

O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por benfeitorias em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do período, amortizadas pelo prazo contratual de locação.

Atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

k. Redução do valor recuperável de ativos não monetários

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativo (*impairment*), estabalecendo os seguintes critérios:

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

l. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

m. Depósitos

Os depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC nº 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.
- **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida pela administração com base no parecer dos advogados, tendo em vista a possibilidade de perda na causa.

- **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

A alíquota atual em vigor para a contribuição social é de 20%. Entretanto através da Medida Provisória n. 1.115/2022, dos períodos de Agosto a Dezembro/2022 a alíquota vigente será a de 21%; voltando a ser a alíquota anteriormente citada a partir de 2023.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução n° 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, em pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 20% ou 21% para a contribuição social. Isso porque, levamos em consideração para a sua constituição o período previsto para a sua realização, dessa forma, aqueles créditos previstos para serem realizados em 2022, foi utilizada a alíquota de 21%, e períodos posteriores a alíquota de 20%.

p. Plano de benefícios a funcionários

O plano de benefícios pós-empregado compreende o compromisso assumido pelo Banco de complemento dos benefícios do sistema de previdência.

Plano de Benefício Definido

Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis.

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para

liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

O Banco Central emitiu em 25 de dezembro de 2015 a Resolução CMN nº 4.877/2020 onde ele define que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o “Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

O Banco adota as premissas e os efeitos da adoção do CPC 33 (R1) desde 2013.

q. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos e estrutura de hedge. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

r. Resultado não recorrente

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	Junho/2022	Dezembro/2021
Disponibilidades	70.916	567.751
(*)Aplicações de depósitos interfinanceiros	125.719	36.199
Aplicações em depósitos interfinanceiros	41.921	36.198
Aplicações em moedas estrangeiras	83.798	1
Total de caixa e equivalentes de caixa	196.635	603.950

(*) Referem-se a operações com prazo original ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto, em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 estão compostas como segue:

Junho/2022			
Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total

Aplicações no mercado aberto	-	-	1.981.997	1.981.997
Posição bancada	-	-	1.981.997	1.981.997
Letras Tesouro Nacional	-	-	531.999	531.999
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	1.449.998	1.449.998
(*)Aplicações de depósitos interfinanceiros	41.921	173.215	483.549	698.685
Não ligadas	41.921	173.215	483.549	698.685
Aplicações em moeda estrangeira	83.798	-	-	83.798
Total	125.719	173.215	2.465.546	2.764.480

Dezembro/2021

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações no mercado aberto	-	-	910.312	910.312
Posição bancada	-	-	910.312	910.312
Letras Tesouro Nacional	-	-	580.198	580.198
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	330.114	330.114
(*)Aplicações de depósitos interfinanceiros	36.198	423.377	360.299	819.874
Não ligadas	36.198	423.377	360.299	819.874
Aplicações em moeda estrangeira	1	-	-	1
Total	36.199	423.377	1.270.611	1.730.187

6 Títulos e valores mobiliários

O Banco não adota como estratégia de atuação a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. O valor apresentado em cotas de fundos multimercado estão representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo sendo o mesmo o SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior ("SMBCB Onshore"). Abaixo, mais detalhes da carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Junho/2022		Dezembro/2021	
	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva
<u>Títulos para negociação</u>				
Cotas de fundos multimercado - SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior Longo Prazo	230.927	211.000	219.642	211.000
Total - Títulos para negociação	230.927	211.000	219.642	211.000
<u>(*)Títulos disponíveis para venda</u>				
Carteira própria				
Letras Financeiras do Tesouro	207.524	207.551	921.163	921.010

Debentures	494.048	494.635	530.065	496.077
Cotas de fundos de participação – FIP Brasil Sustentabilidade	338	641	300	641
	701.910	702.827	1.451.528	1.417.728
Vinculados à prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro	865.888	866.470	535.271	536.286
	865.888	866.470	535.271	536.286
Total - disponíveis para venda	1.567.798	1.569.297	1.986.799	1.954.014
Total geral	1.798.725	1.780.297	2.206.441	2.165.014

(*) Os títulos classificados na categoria disponíveis para venda possuem o valor de ajuste a valor de mercado registrado em contas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado com base em cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado e modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são apurados da seguinte forma:

- **Títulos indexados à Taxas SELIC e DI** – O valor de mercado é obtido pela atualização do preço unitário de emissão pela SELIC acumulada no período, considerando o ágio ou deságio obtido junto ao mercado. O ágio ou deságio utilizado é obtido diariamente da expectativa da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais para cada vencimento no dia anterior ao cálculo.
- **Títulos indexados a taxas prefixadas** – O valor de mercado é obtido através da taxa de desconto do(s) fluxo(s) futuro de pagamento do papel. A taxa é apurada através da curva de juros pré da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em casos de títulos privados adicionado o risco de crédito da contraparte.
- **Cotas de fundos de investimentos** – O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgada pelo respectivo administrador, na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo.
- **Debêntures:** O valor de mercado é obtido através de curva considerando spread de crédito obtido metodologias internas que consideram o rating interno do emissor.

Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC).

As cotas de fundos e as debêntures estão registradas e custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos de operações de *Swap*, *Non Deliverable Forward* – NDF e futuros, encontram-se custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

Abaixo segue os instrumentos financeiros derivativos explanados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Junho/2022			
POSIÇÃO ATIVA	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
SWAP			
PRE x CDI	2.160	608	201.236
PRE x DOLAR	33.540	28.388	461.971
CDI x DOLAR	65.776	162.947	1.375.575
	101.476	191.943	2.038.782
NDF			
PRE x DOLAR	34.552	33.211	72.971
DOLAR x PRE	47.973	44.324	204.938
	82.525	77.535	277.909
Credit value adjustment (CVA)			
CVA	-	(775)	-
	-	(775)	-
Total	184.000	268.703	2.316.691

Dezembro/2021			
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
SWAP			
PRE x CDI	4.798	2.268	83.800
PRE x DOLAR	3.356	(796)	141.317
CDI x DOLAR	7.933	11.536	518.575
	16.087	13.008	743.692
NDF			
PRE x DOLAR	10.131	8.369	144.567
DOLAR x PRE	30.552	40.848	158.606
PRE x EURO	11	10	59
PRE x IENE	2.792	2.935	1.885.697
	43.486	52.162	2.188.929
Credit value adjustment (CVA)			
CVA	-	(89)	-
	-	(89)	-
Total	59.573	65.081	2.932.621

Junho/2022			
POSIÇÃO PASSIVA	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato

SWAP

CDI x PRE	107	107	156
PRE x CDI	220	4.306	196.000
PRE x DOLAR	2.247	2.869	18.616
CDI x DOLAR	60.863	26.826	1.462.158
	63.437	34.107	1.676.930

NDF

PRE x DOLAR	43.034	41.127	167.599
DOLAR x PRE	73.724	69.531	152.357
PRE x EURO	-	(25)	4.060
PRE x IENE	326	261	224.547
	117.084	110.894	548.563

Total	180.521	145.001	2.225.493
--------------	----------------	----------------	------------------

Dezembro/2021

	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
SWAP			
CDI x PRE	313	321	499
PRE x DOLAR	27.095	42.798	544.457
CDI x DOLAR	37.766	24.193	830.000
	65.174	67.312	1.374.956

NDF

PRE x DOLAR	28.554	29.263	68.291
DOLAR x PRE	16.070	6.353	131.200
	44.624	35.616	199.491

Total	109.798	102.928	1.574.447
--------------	----------------	----------------	------------------

1- Composição de valor nominal por vencimento

Junho/2022

	Até 3 meses	De 3 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações de SWAP				
CDI x PRE	156	-	-	156
PRE x CDI	62.600	18.000	316.636	397.236
PRE x DOLAR	205.241	182.379	92.967	480.587
CDI x DOLAR	-	100.325	2.737.408	2.837.733
	267.997	300.704	3.147.011	3.715.712
Operações de NDF				
PRE x DOLAR	158.883	81.688	-	240.571
DOLAR x PRE	192.777	130.045	34.472	357.294
PRE x EUR	4.060	-	-	4.060
PRE x IENE	224.547	-	-	224.547
	580.267	211.733	34.472	826.472
Total	848.264	512.437	3.181.483	4.542.184

Dezembro/2021				
	Até 3 meses	De 3 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações de SWAP				
CDI x PRE	178	322	-	500
PRE x CDI	7.200	76.600	-	83.800
PRE x DOLAR	41.416	420.653	223.705	685.774
CDI x DOLAR	72.000	308.325	968.249	1.348.574
	120.794	805.900	1.191.954	2.118.648
Operações de NDF				
PRE x DOLAR	130.907	81.951	-	212.858
DOLAR x PRE	80.583	163.039	46.184	289.806
PRE x EUR	59	-	-	59
PRE x IENE	875.697	1.010.000	-	1.885.697
	1.087.246	1.254.990	46.184	2.388.420
Total	1.208.040	2.060.890	1.238.138	4.507.068

2- Composição do valor nominal por local de negociação

Junho/2022			
	Bolsa	Balcão	Valor nominal
Swaps	156	3.715.556	3.715.712
NDF	-	826.472	826.472
Total	156	4.542.028	4.542.184

Dezembro/2021			
	Bolsa	Balcão	Valor nominal
Swaps	499	2.118.149	2.118.648
NDF	-	2.388.420	2.388.420
Total	499	4.506.569	4.507.068

3- Comparação entre valor de curva e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de SWAP e NDF, são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

Futuros - B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão

Junho/2022				
Valor de referência (contábil)				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
FUTUROS - Valor referencial				
Compra				
Cupom Cambial	357.774	1.050.680	4.229.468	5.637.922
Moeda Estrangeira	2.214.780	-	-	2.214.780
Taxa de Juros	1.287.236	197.181	166.735	1.651.152
	3.859.790	1.247.861	4.396.203	9.503.854

Venda				
Cupom Cambial	2.627.364	187.644	10.028	2.825.036
Taxa de Juros	-	546.348	742.853	1.289.201
	2.627.364	733.992	752.881	4.114.237
Total	6.487.154	1.981.853	5.149.084	13.618.091

Dezembro/2021				
Valor de referência (contábil)				
	Até 3 meses	De 3 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
FUTUROS - Valor referencial				
Compra				
Cupom Cambial	576.182	935.553	2.227.757	3.739.492
Moeda Estrangeira	322.972	-	-	322.972
Taxa de Juros	222.772	266.029	106.482	595.283
	1.121.926	1.201.582	2.334.239	4.657.747
Venda				
Cupom Cambial	-	27.799	18.897	46.696
Moeda Estrangeira	696.167	-	-	696.167
Taxa de Juros	-	606.259	148.823	755.082
	696.167	634.058	167.720	1.497.945
Total	1.818.093	1.835.640	2.501.959	6.155.692

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada descontando-se os valores futuros à valor presente pelas curvas de taxas de juros por metodologia de mercado à qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

O ajuste de marcação a mercado apurados com instrumentos financeiros derivativos referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 108.531 (R\$ 5.911 em 30 de junho de 2021), e registrado em contas de resultado.

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 são influenciados diretamente pelas taxas de juros de mercado praticadas por ocasião de sua negociação, bem como pela variação da taxa do dólar, e estão assim compostos:

Resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	Junho/ 2022	Junho/ 2021
Swaps	315.346	28.502
NDF	(1.470)	48.842
Mercado de Futuros	(430.390)	(123.819)
Total	(116.514)	(46.475)

4- “Hedge accounting”

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Tais operações foram designadas como *hedge* contábil e foram segregados entre:

- **Hedge de risco de mercado** – destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período.
- **Hedge de fluxo de caixa** – destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, a parcela identificada como não efeito deverá ser refletida no resultado. Os respectivos itens objeto de “*hedge*” são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço.

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Futuros, designadas instrumentos de “*hedge*”, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

4.1 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – *Hedge* de risco de mercado

Descrição	Indexador	Vencimentos - Valor Mercado			Total
		Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	
Futuros	Cupom Cambial	-	-	-	-
Total		-	-	-	-

	Junho/2022	Dezembro/2021
Itens Objeto de “<i>hedge</i>”		
Passivo		
Operações de repasse		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	-	(157.715)
Valor do ajuste (nota 15b)	-	1.099
Valor de mercado	-	(158.814)
Total Valor a mercado Objeto de “<i>hedge</i>”	-	(158.814)
Instrumentos de “<i>hedge</i>”		
Ativo		
Futuros	-	476.967
Total Valor a mercado Instrumento de “<i>hedge</i>”	-	476.967

4.2 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – *Hedge* de fluxo de caixa

Descrição	Indexador	Vencimentos - Valor Mercado			Total
		Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	

Futuros	Cupom Cambial	759.392	1.063.766	150.483	1.973.641
Total		759.392	1.063.766	150.483	1.973.641

	<u>Junho/2022</u>	<u>Dezembro/2021</u>
Itens Objeto de “hedge”		
Passivo		
Operações de repasse		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	(2.368.864)	(2.048.602)
Instrumentos de “hedge”		
Ativo		
Futuros	1.973.641	1.626.210
Reserva de hedge de fluxo de caixa	(193.997)	(93.024)

O valor de R\$ (193.997) em 30 de junho de 2022 e R\$ (93.024) em 31 de dezembro 2021 em Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de *hedge*.

8 Relações interfinanceiras

Refere-se à operações de repasse de empréstimo do exterior, à Instituição Financeira no país e no exterior (agência em Cayman). Os valores provisionados são baseados nas premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 e totalizam o montante de R\$88 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2021):

	<u>Junho/2022</u>			<u>Dezembro/2021</u>
	<u>Repasses Interfinanceiros</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo Líquido</u>	<u>Saldo Líquido</u>
A vencer:				
Até 30 dias	344	-	344	777
De 31 a 60 dias	29.390	12	29.378	22.908
De 61 a 90 dias	72	-	72	22.438
De 91 a 180 dias	23.568	9	23.559	200.829
De 181 a 360 dias	153.151	45	153.106	56.334
Acima de 360 dias	89.592	22	89.570	231.686
Total	296.117	88	296.029	534.972

9 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão assim demonstradas:

a. Por operação

	<u>Junho/2022</u>	<u>Dezembro/2021</u>
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63)	174.847	184.951
Compror	-	6
Capital de giro	1.668.978	1.324.904
Financiamentos em moeda estrangeira	2.988	-
Notas de Créditos para Exportação - NCE	196.733	178.458
Total de operações de crédito	2.043.546	1.688.319
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 10)	1.446.230	841.446

Rendas a receber sobre adiantamentos (nota explicativa nº 10)	7.360	2.861
Total da carteira de crédito	3.497.136	2.532.626
Garantias Financeiras Prestadas	2.803.627	2.317.310
Total Com Garantias Financeiras Prestadas	6.300.763	4.849.936

b. Por vencimento

	Junho/2022	Dezembro/2021
A vencer		
Até 30 dias	849.639	176.423
De 31 a 60 dias	661.314	62.821
De 61 a 90 dias	206.513	506.563
De 91 a 180 dias	654.046	575.010
De 181 a 360 dias	331.732	673.546
Acima de 360 dias	793.892	538.263
Total	3.497.136	2.532.626

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 30 de junho de 2022 representam 84,62% da carteira de crédito (89,49% em 31 de dezembro de 2021), no montante de R\$ 2.959.168 (R\$ 2.266.559 em 31 de dezembro de 2021).

c. Por nível de risco ("rating")

Nível de risco	% provisão 2.682	Junho/2022				
		Total das operações	% da carteira	Provisão regular	Provisão adicional	Provisão total
AA	-	2.967.777	84,9	-	3.601	3.601
A	0,50	515.512	14,7	2.578	206	2.784
B	1,00	13.027	0,4	130	26	156
C	3,00	820	0	25	6	31
Total		3.497.136	100	2.732	3.840	6.572

Nível de risco	% provisão 2.682	Dezembro/2021				
		Total das operações	% da carteira	Provisão regular	Provisão adicional	Provisão total
AA	-	2.005.644	79,2	-	1.963	1.963
A	0,50	512.251	20,2	2.561	51	2.612
B	1,00	13.911	1	139	26	165
C	3,00	820	0	25	7	32
Total		2.532.626	100	2.725	2.047	4.772

d. Por setor de atividade

	Junho/2022	Dezembro/2021
Setor privado:		
Indústria	1.752.012	1.091.165

Comércio	871.932	844.697
Outros serviços	549.054	337.774
Setor Público:		
Federal	324.138	258.990
Total	3.497.136	2.532.626

e. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Junho/2022	Dezembro/2021
Saldo inicial	4.772	3.713
Reversão de provisão	(11)	(1.985)
Constituição de provisão	1.811	3.044
Saldo final	6.572	4.772

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houveram operações recuperadas, renegociadas e nem operações baixadas para prejuízo.

f. Garantias prestadas

O Banco efetuou provisão para perdas associadas ao risco de crédito sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução CMN nº 4.512/16 do CMN e a Carta Circular 3.782/16 (nota 16 - b). Os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 10.548 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 8.874 em 31 de dezembro de 2021):

	Junho/2022		Dezembro/2021	
	Garantias Prestadas	Provisão	Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	10.339	(47)	6.261	(25)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	22.574	-	22.763	-
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	151.723	(172)	147.617	(203)
Vinculadas a Distribuição de TVM's - Oferta Pública	248.598	(1.243)	248.598	(1.243)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	578.219	(1.160)	587.014	(1.182)
Outras Fianças Bancárias	851.195	(3.229)	810.287	(3.364)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	940.981	(4.697)	494.769	(2.857)
Total	2.803.629	(10.548)	2.317.309	(8.874)

10 Carteira de câmbio

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

	Junho/2022	Dezembro/2021
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.688.602	1.062.047
Direitos sobre venda de câmbio	388.789	528.600
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(167.349)	(7.495)

Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 - a)	7.360	2.861
Total	1.917.402	1.586.013

Passivo

Câmbio vendido a liquidar	388.186	532.340
Obrigações por compra de câmbio	1.644.997	1.014.434
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 9 - a)	(1.446.230)	(841.446)
Total	586.953	705.328

11 Ativo Fiscais

Estão representados pelos valores a seguir:

	Junho/2022	Dezembro/2021
Crédito tributário - diferenças temporárias MTM	110.893	70.217
Crédito tributário – diferenças temporárias provisões	28.624	25.951
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	8.716	17.817
Outras antecipações de impostos	373	366
Total	148.606	122.391

12 Outros ativos

Estão representados pelos valores a seguir:

	Junho/2022	Dezembro/2021
Material em Estoque	-	83
Despesas antecipadas	2.065	1.022
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17)	1.115	14.887
Rendas a Receber	2.924	1.636
Negociação e intermediação de Valores	54.172	15.281
Outros	6.879	5.349
Total	67.155	38.258

13 Imobilizado de Uso e Intangível

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está assim representado:

a. Imobilizado de uso

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Junho/2022			Dezembro/2021
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10	4.394	(3.890)	504	655
Sistema de processamentos de dados	20	8.498	(6.281)	2.217	2.180
Móveis e equipamentos de uso	10	1.664	(1.372)	292	336
Sistema de comunicação	10	369	(233)	136	154
Sistema de segurança	10	302	(297)	5	6
Sistema de transporte	20	1.261	(1.217)	44	73
Total		16.488	(13.290)	3.198	3.404

b. Intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Junho/2022			Dezembro/2021
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Software	20	13.318	(10.681)	2.637	3.821
Direito de uso	20	1.319	(555)	764	50
Total		14.637	(11.236)	3.401	3.871

14 Depósitos

Composição por vencimento em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Depósitos à vista		Depósitos à prazo	
	Junho/2022	Dezembro/2021	Junho/2022	Dezembro/2021
Sem vencimento	122.250	147.287	-	-
Até 30 dias	-	-	51.149	79.548
De 31 a 60 dias	-	-	61.198	58.879
De 61 a 90 dias	-	-	30.154	118.611
De 91 a 180 dias	-	-	175.779	291.928
De 181 a 360 dias	-	-	815.743	424.055
Acima de 360 dias	-	-	554.539	551.487
Total	122.250	147.287	1.688.562	1.524.508

15 Obrigações por empréstimos e repasses

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, como segue:

a. Obrigações por empréstimos no exterior

O saldo em 30 de junho de 2022 de US\$ 314.055 (US\$ 166.167 em 31 de dezembro 2021) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 15 de dezembro de 2022, sujeitos às taxas de juros de até 2,81% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 1.644.829 (R\$ 927.194 em 31 de dezembro de 2021).

b. Obrigações por repasses do exterior

Os repasses do exterior, em 30 de junho de 2022, correspondem a US\$ 548.875 (US\$ 502.930 em 31 de dezembro 2021). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 0,41% a.a. até 3,97% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 04 de julho de 2027. O saldo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 2.874.682 (R\$ 2.807.402 em 31 de dezembro de 2021):

	Junho/2022		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Obrigações por empréstimos no exterior	1.644.829	-	1.644.829
Obrigações por repasses do exterior	1.206.343	1.668.339	2.874.682
Total	2.851.172	1.668.339	4.519.511

	Dezembro/2021		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Obrigações por empréstimos no exterior	927.194	-	927.194
Obrigações por repasses do exterior	1.349.459	1.457.943	2.807.402
Total	2.276.653	1.457.943	3.734.596

(*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de *hedge accounting*, no montante de R\$ 0 (R\$ 1.099 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa 7, item 4.

16 Outros Passivos e Provisões

a. Outros Passivos

Descrição	jun/22	dez/21
Negociação e intermediação de valores	20.030	87.365
Passivos atuariais	18.243	17.971
Sociais e Estatutárias	4.741	5.767
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa	2.417	378
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.745	1.026
Impostos e Contribuições sobre salários	1.590	2.172
Resultado de exercícios futuros	1.374	1.539
Cobrança e arrecadação de tributos federais	943	974
Imposto Sobre Serviços - ISS	525	437
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	402	354
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	300	-
Programa de Integração Social	283	196
Outros	219	207
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	19	17
Total	52.829	118.583
(*) Passivo circulante	52.829	118.583

(*) O Banco considera as obrigações em sua integralidade como passivo circulante, uma vez que não há data definida para execução das obrigações, podendo ocorrer tanto em período inferior ou em período superior a um ano.

b. Provisões

Junho/2022			Dezembro/2021		
Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total

Provisão para risco fiscais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº17)	25.393	-	25.393	32.343	-	32.343
Provisão para despesas de pessoal	19.273	-	19.273	22.916	-	22.916
Provisão para despesas gerais	3.417	-	3.417	4.551	-	4.551
Garantias financeiras prestadas (nota explicativa nº9.f)	1.291	9.257	10.548	6.706	2.168	8.874
Total	49.374	9.257	58.631	66.516	2.168	68.684

17 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Descrição	Provisão		Depósitos judiciais	
	Junho/ 2022	Dezembro/ 2021	Junho/ 2022	Dezembro/ 2021
Provisão para riscos fiscais:				
ISS - RJ (a)	-	-	-	4.043
ISS - SP (b)	-	15	-	54
Obrigações legais:				
Desmutualização Cetip (h)	106	103	-	-
PIS emenda constitucional (d)	1.098	1.007	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	-	9.674	-	9.674
Total	1.204	10.799	-	13.771
Provisão para riscos:				
Cíveis (f)	13.978	12.403	-	-
Trabalhistas (g)	10.211	9.141	1.115	1.116
Total	24.189	21.544	1.115	1.116
Total de provisões e depósitos judiciais	25.393	32.343	1.115	14.887

(a) O Banco possuía processo fiscal relacionado a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro. O SMBCB obteve êxito no processo, e, portanto, o valor depositado judicialmente foi levantado. Em 30 de junho de 2022 o valor é de R\$ 0 (R\$ 4.043 em 2021).

(b) O Banco possuía 2 processos judiciais relacionado a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004, em um deles o SMBCB obteve êxito e o outro não. Em 2021 com base na opinião dos consultores jurídicos do Banco, foi provisionado o valor referente à sucumbência de um dos processos, em que no ano de 2022 o Município de São Paulo obteve êxito de causa, a provisão desse processo foi

revertida e representava um montante de R\$ 15 em 2021. Assim como o depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera judicial também foi levantado, por parte do Município de São Paulo e representava em 2021 o montante de R\$ 54.

(d) Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC 10/96, o qual discute a inconstitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2022, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do processo, cujo montante, atualizado em 30 de junho de 2022, é de R\$ 1.098 (R\$ 1.007 em 2021).

(e) O Banco questionava a majoração de alíquotas de 18% para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi realizado o depósito judicial do valor discutido. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos a chance de perda relacionada a esta discussão judicial era possível. Desta forma, por decisão da administração, foi constituída provisão, relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em análise, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 9.674. Em 2022, o processo foi finalizado favoravelmente ao banco, dessa forma foi realizado o levantamento do depósito judicial e também realizada a reversão da provisão existente.

(f) A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. O montante atualizado em 30 de junho de 2022 é de R\$ 13.978 (R\$ 12.403 em 2021).

(g) A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 30 de junho de 2022 é de R\$ 10.211 (R\$ 9.141 em 2021).

(h) O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre a desmutualização das ações do Cetip, sendo que o montante para 30 de junho de 2022 é de R\$ 106 (R\$ 103 em 2021).

Há ainda em relação a processos judiciais, um Mandando de Segurança interposto pelo Banco, que trata da base de cálculo de INSS (contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros), para esse processo não há registro contábil como direito da sociedade, pois de acordo com a opinião dos nossos consultores jurídicos a chance de ganho é possível.

Movimentação das provisões e das obrigações legais

2022			
Fiscal	Trabalhista	Cível	Total

Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.799	9.141	12.403	32.343
Constituição de provisão	-	2.282	-	2.282
Atualização monetária	189	809	1.575	2.573
Reversões operacionais	(9.784)	(1.748)	-	(11.532)
Baixas por pagamento	-	(273)	-	(273)
Saldo em 30 de junho de 2022	1.204	10.211	13.978	25.393

	2021			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.582	11.857	39.099	64.538
Constituição de provisão	8	-	-	8
Atualização monetária	62	740	2.865	3.667
Reversões operacionais	(3.193)	(1.389)	-	(4.582)
Baixas por pagamento	-	(378)	-	(378)
Saldo em 30 de junho de 2021	10.459	10.830	41.964	63.253

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2022 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	Junho/2022	Dezembro/2021
	Quantidade	Quantidade
	de ações (mil)	de ações (mil)
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	1.559.697	1.559.697
Acionistas domiciliados no país	2	2
Total	1.559.699	1.559.699

b. Dividendos

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 30 de junho de 2022 se optou pelo não provisionamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura.

c. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 507.081 (R\$ 404.308 em 31 de dezembro de 2021) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, “*ad referendum*” da Assembleia Geral.

19 Imposto de renda e contribuição social

- a. Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

	Junho/2022		Junho/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação após participações	200.377	200.377	45.367	45.367
Reversão de provisões de passivos contingentes	(11.805)	(11.805)	(3.378)	(3.378)
Provisão de passivos contingentes	4.855	4.855	-	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.803	1.803	3.037	3.037
Provisões temporárias	(4.759)	(4.759)	1.492	1.492
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(108.531)	(108.531)	(5.911)	(5.911)
Ajuste a valor de mercado operações "hedge accounting"	(12.384)	(12.384)	(7.099)	(7.099)
Despesas não dedutíveis	3.038	799	5.673	629
Operações BM&F	18.435	18.435	10.196	10.196
Outras adições/(exclusões)	(178)	(178)	(176)	(176)
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	-	-	(9.035)	(1.648)
Lucro tributável	90.851	88.611	40.166	42.510
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3o)	13.628	-	6.025	-
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3o)	9.073	-	4.005	-
Lei Empresa Cidadã	(10)	-	(23)	-
Contribuição social - 20% (nota explicativa nº 3o)	-	17.722	-	8.502
Total	22.691	17.722	10.006	8.502

b. Créditos tributários

Os créditos fiscais diferidos sobre as provisões temporárias, baseado no estudo técnico elaborado, entendemos que esses créditos serão passíveis de realização dentro do prazo de 10 anos. Os valores são apresentados em notas explicativas que seguem:

c. Composição do passivo tributário diferido

Composição do passivo tributário	Junho/22	Dezembro/21
Marcação a mercado swap	55.295	7.339
Ajuste temporário B3	51.184	55.527

Marcação a mercado cotas fundo	9.166	3.890
Ajuste títulos disponíveis para venda	828	850
Marcação a mercado NDF	778	7.957
Ajuste atuarial plano de previdência	312	312
Ajuste <i>hedge accounting</i>	-	176
Total	117.563	76.051

1. Composição do crédito tributário ativo em 30 de junho de 2022

Composição do crédito tributário	Junho/22	Dezembro/21
Ajuste <i>hedge accounting</i>	87.572	42.037
Ajuste temporário B3	20.191	16.336
Ajustes temporários demais provisões	12.258	14.890
Ajustes temporários sobre perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.785	6.201
Ajuste atuarial plano de saúde	5.896	5.896
Ajuste atuarial plano previdência	2.143	2.143
Ajuste Títulos Disponíveis para Venda	1.507	1.662
Marcação a mercado Swap	1.401	9.687
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	542	4.860
Marcação a mercado NDF	221	-
Marcação a mercado <i>Hedge Objeto</i>	-	495
Total	139.516	104.207

2. Previsão de realização do crédito tributário em 30 de junho de 2022

Exercício	Imposto de Renda Diferido	Contribuição social diferida	Total
2022	2.181	2.039	4.220
2023	2.377	507	2.884
2024	1.120	896	2.016
2025	(751)	(601)	(1.352)
A partir de 2026	4.215	3.372	7.587
Total	9.142	6.213	15.355

3. Movimentação do crédito tributário

A realização dos créditos tributários está ocorrendo conforme os valores estimados no respectivo estudo e suas premissas.

	Saldo em Dez/2021	Realizações/Constituições	Saldo em Jun/2022
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	4.860	(4.318)	542
Ajustes temporários sobre perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.201	1.584	7.785
Ajustes temporários demais provisões	14.890	(2.633)	12.257
Marcação a mercado <i>Hedge Objeto</i>	495	(495)	-
Marcação a mercado Swap	9.687	(8.286)	1.401
Marcação a mercado NDF	-	221	221
Ajuste Títulos Disponíveis para Venda	1.662	(155)	1.507
Ajuste atuarial plano de saúde	5.896	-	5.896
Ajuste atuarial plano previdência	2.143	-	2.143
Ajuste <i>hedge accounting</i>	42.037	45.535	87.572
Ajuste temporário B3	16.336	3.856	20.192
Total	104.207	35.309	139.516

Movimentação do resultado com ativos fiscais diferidos:

	Junho/2022	Junho/2021
Prejuízo Fiscal	-	(2.259)
Base Negativa da contribuição social	(1)	(330)
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	(4.318)	5.185
Ajustes temporários sobre perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.584	6.211
Ajustes temporários demais provisões	(2.633)	11.649
Marcação a mercado <i>Hedge</i> Objeto	(495)	(2.061)
Marcação a mercado Swap	(56.241)	11.088
Marcação a mercado NDF	7.400	(13.796)
Ajuste temporário B3	8.199	3.914
Marcação a mercado Cotas Fundo	(5.278)	(983)
	(51.781)	18.618

4. Valor presente do crédito tributário

Exercício	Imposto de Renda Diferido	Contribuição social diferida	Total
2022	2.043	1.911	3.954
2023	1.970	420	2.390
2024	830	664	1.494
2025	(496)	(397)	(893)
A partir de 2026	2.209	1.767	3.976
Total	6.556	4.365	10.921

d. Outros créditos tributários

O Banco possui ainda obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 117.563, que está relacionado com os ajustes a valor de mercado das operações com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, conforme determina a Resolução CMN n. 4.966/2021, e ao valor de mercado de instrumentos derivativos.. As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionados ao plano de aposentaria de benefícios definido e dos benefícios pós-emprego referente ao Plano de Assistência Médica nos quais o Banco é patrocinador (conforme CVM 600 e 695/2015) também estão sendo considerados. Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências cíveis no montante de R\$ 6.290, que não foram constituídos devido a incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

20 Demonstração do resultado

a. Operações de crédito

	Junho/2022	Junho/2021
Rendas de empréstimos	98.780	37.275
Rendas de financiamentos e repasses	4.166	5.645
Total	102.946	42.920

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Junho/2022	Junho/2021
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	102.916	35.888
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	126.363	23.293
Total	229.279	59.181

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Junho/2022	Junho/2021
Receitas com operações de Swaps, Futuros e NDFs	4.052.185	3.306.932
Despesas com operações de Swapss, Futuros e NDFs	(4.168.699)	(3.353.407)
Total	(116.514)	(46.475)

d. Resultado operações de câmbio

	Junho/2022	Junho/2021
Receitas com operações de câmbio	22.000	9.635
Despesas com operações de câmbio	(4.886)	(27.641)
Total	17.114	(18.006)

e. Operações de captação no mercado

	Junho/2022	Junho/2021
Despesas com depósitos à prazo	(87.671)	(25.769)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(815)	(279)
Despesas com operações compromissadas	(657)	(153)
Despesas com contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.108)	(1.393)
Total	(90.251)	(27.595)

f. Operações de empréstimos e repasses

	Junho/2022	Junho/2021
Despesas com repasses do BNDES	(15.506)	(20.210)
Despesas com redescontos	(31)	-
Ajuste <i>Hedge</i> - Repasses e empréstimos	1.099	4.914
Total	(14.438)	(15.296)

g. Receita de prestação de serviços

	Junho/2022	Junho/2021
Receitas de tarifas e serviços	8.971	299
Receitas de intermediação de negócios (vide nota explicativa nº 21a)	10.429	6.823
Rendas de garantias prestadas	20.322	13.281
Total	39.722	20.403

h. Despesas de pessoal

	Junho/2022	Junho/2021
Proventos	(21.777)	(19.344)
Encargos sociais	(13.211)	(10.963)
Benefícios	(4.652)	(3.881)
Honorários da Administração	(2.552)	(1.770)
Treinamento	(138)	(118)
Total	(42.330)	(36.076)

i. Outras despesas administrativas

	Junho/2022	Junho/2021
Despesas com aluguel	(3.023)	(2.734)
Despesas de processamento de dados	(10.958)	(10.981)
Despesas com serviços técnicos especializados	(5.929)	(3.170)
Despesas de comunicação	(3.833)	(4.148)
Despesas com serviços do Sistema Financeiro	(1.475)	(1.305)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(367)	(273)
Despesas com serviços de vigilância e segurança	(87)	(76)
Despesas de transporte	(76)	(63)
Despesas de material	(155)	(29)
Despesas de água, energia e gás	(157)	(140)
Despesas com serviços de terceiros	(321)	(273)
Despesas de propaganda e publicidade	(134)	(174)
Despesas de seguros	(251)	(261)
Despesas de promoções e relações públicas	(34)	(4)
Despesas de contribuições filantrópicas	(3)	(13)
Despesas de amortização e depreciação	(1.056)	(1.108)
Outras despesas administrativas	(2.056)	(998)
Total	(29.915)	(25.750)

j. Despesas tributárias

	Junho/2022	Junho/2021
COFINS	(6.605)	(4.462)
ISS	(2.020)	(1.047)
PIS	(1.073)	(725)
Outros	(950)	(252)
Total	(10.648)	(6.486)

k. Outras receitas / (despesas) operacionais

	Junho/2022	Junho/2021
Reversão de provisões de garantias prestadas	(1.673)	(979)

Reversão de provisões operacionais	3.845	3.755
Multas indenizatórias	13	1
Atualização de depósitos judiciais	178	176
Recuperação de encargos e despesas	691	664
Variação cambial	109.998	98.218
Outras despesas	(560)	(359)
Total	112.492	101.476

I. (Provisão) / Reversão de provisão para passivos contingentes

	Junho/2022	Junho/2021
Despesas de provisões de passivos contingentes	(2.282)	(6)
Reversão de provisões de passivos contingentes	11.805	4.959
Atualização de passivos contingentes	(2.573)	(3.667)
Total	6.950	1.286

21 Transações e saldos com partes relacionadas

a. Transações com controladores (diretas e indiretas)

Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	Ativo / (passivo)		Receita / (despesa)	
	Junho/2022	Dezembro/2021	Junho/2022	Junho/2021
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	65.086	539.570	-	-
Aplicações em moeda estrangeira no exterior (nota explicativa 5)	83.798	-	21.535	470
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios	5.721	4.393	10.429	6.823
Obrigações por empréstimos no exterior	(1.644.829)	(927.194)	20.472	37.847
Obrigações por repasses do exterior	(2.874.682)	(2.807.402)	137.549	69.735
Total	(4.364.906)	(3.190.634)	189.985	114.874

b. Remuneração do pessoal - chave da Administração

Para atendimento da Resolução nº 4.818/20 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido, como pessoal chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria.

O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Na última reforma estatutária, ocorrida em abril de 2019, se manteve fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

Benefícios de curto prazo a diretores

	Junho/2022	Dezembro/2021
Proventos	2.889	4.163
Remuneração variável	3.309	1.751
Contribuições ao INSS/FGTS	1.640	1.489
Total	7.838	7.403

Benefícios pós emprego

De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Banco (nota explicativa nº 22).

O Banco não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

c. Outras informações

Conforme Resolução nº 4.693/18, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições relacionadas nos itens, demonstrados abaixo:

- As operações de crédito com partes relacionadas, ressalvados os casos previstos na legislação ou na regulamentação específica, somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 1. 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 2. 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Considera-se independente o diretor ou conselheiro de administração que atenda, no mínimo, às seguintes condições, em ambas as contrapartes:

I - não detenha participação qualificada, não seja acionista controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação qualificada, nem cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau destes;

II - não esteja vinculado por acordo de acionistas; e

III - não seja ou tenha sido nos últimos três anos:

- a) diretor ou membro de órgãos estatutários ou contratuais, inclusive nas suas empresas ligadas;
- b) funcionário, inclusive de suas empresas ligadas;
- c) cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas “a” e “b”; e
- d) beneficiário de remuneração, além da relacionada à atividade de conselheiro independente ou a eventual participação societária.

Em 30 de junho de 2022 não foram efetuados pelo Banco: empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares.

Os membros da Diretoria não possuem qualquer participação acionária no Banco.

22 Benefícios pós-emprego patrocinados

O exigível atuarial do Banco foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir.

O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data base de 31 de dezembro.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados, como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

a. Plano de Aposentadoria

O Banco é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo “benefício definido”. No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento.

Em 30 de junho de 2022, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

Plano de Aposentadoria	
Dezembro/2021	Dezembro/2020
<hr/>	

Descrição

Valor presente das obrigações atuariais	37.565	42.920
Valor justo dos ativos do plano	(32.749)	(37.054)
Déficit/ (Superávit) para planos cobertos	4.816	5.866
Ajustes por diferimentos permitidos		
Passivo (ativo) atuarial líquido	4.816	5.866
Premissas atuariais:		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,30% a.a.	6,54% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	3,75% a.a.	6,35% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,27% a.a.	4,28% a.a.
Índice estimado de inflação	3,75% a.a.	3,25% a.a.
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábua Biométrica de entrada em invalidez	Tábua "Mercer"	Tábua "Mercer"
Taxa de rotatividade esperada	0,31/ (tempo de serviço+1) 10% na 1ª data de elegibilidade à aposentadoria antecipada;	0,31/ (tempo de serviço +1) 10% na 1ª data de elegibilidade à aposentadoria antecipada;
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	3% entre a 1ª elegibilidade à aposentadoria antecipada e normal; 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.	

Análise de Sensibilidade

O valor presente da obrigação atuarial é sensível à variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial:

Valor Presente das Obrigações	Análise de Sensibilidade	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	833	1.107
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(813)	(1.076)

b. Plano de Saúde

Até novembro de 2017, o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos dos Art. 31 e 31 da Lei nº 9.656/98. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

Descrição	Plano de Saúde	
	Dezembro/2021	Dezembro/2020
Passivo (Ativo) atuarial líquido	13.155	13.979
Total	13.155	13.979

Premissas atuariais/Hipoteses

Atuariais

Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9.38% a.a.	7.17% a.a.
Índice estimado de inflação	3.75% a.a.	3.25% a.a.
	Até 9 anos SVC: 0,5/(Tempo de Serviço +1)	
Tábua Biométrica de Rotatividade	A partir de 10 anos SVC: 0,075/(Tempo de Serviço +1)	0,15 / (Tempo de Serviço) + 1
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	55 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Decrescendo de 7,90% a.a a 4,79% a.a	Decrescendo de 7,90% a.a a 4,28% a.a
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100%	Aposentadoria: 100%
Fator de Idade (Aging Factor)	Desligamento: 100%	Desligamento: 100%
Composição Familiar - Ativos	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Diferença de Idade Titular/Cônjuge	90% Casados	90% Casados
Composição Familiar Aposentados	4 anos	4 anos
	Família Real	Família Real

23 Estrutura de gerenciamento de risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e de Gerenciamento de Capital

Risco operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou, ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal.

A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco estabelecida e aprovada, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, se reportando diretamente à Diretoria do Banco. É importante ferramenta para o gerenciamento eficaz do capital econômico e regulatório do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

O Gerenciamento de Risco Operacional do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Banco, proporcionando assim uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticos e estratégicos entre as áreas de negócios e a área de Gestão de Risco Operacional, possibilitando a

coordenação e cooperação de todos do Banco na redução de perdas operacionais e duplicidade nas atividades.

Neste modelo de gestão, a área de Gestão de Risco Operacional é responsável por:

- i. Definir as estrutura, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional;
- ii. Elaborar relatórios periódicos;
- iii. Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos no Banco;
- iv. Consolidar e monitorar as perdas ocorridas no Banco.

A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria dessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas traçados e a segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas com o Banco.

Com relação ao cálculo de requerimento de capital para Risco Operacional, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA".

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado).

Risco de Mercado e Liquidez

O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado.

O Risco de Liquidez é a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado e liquidez, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

A política de Gerenciamento de Risco de Mercado é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos Limites para posições, dividido em Limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de Limites/Diretrizes para “Stop Loss”. Adicionalmente, são produzidos relatórios de Teste de Estresse e informes de capital regulatório (IRRBB – capital regulatório para taxa de juros na carteira Bancária e Capital Regulatório para carteira de Negociação), de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil (Bacen).

A política de Gerenciamento de Risco de Liquidez é pautada no controle diário do Money Gap (necessidade de funding dentro de certo período de tempo), de indicadores de liquidez e de recursos suplementares de emergência para liquidez. Adicionalmente são produzidos relatórios de testes de estresse e informe regulatório, Demonstrativo de Liquidez, de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil (Bacen).

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.557/17, sendo aprovada e revisada, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. têm implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da Diretoria e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que o Banco mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos.

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Mercado e Liquidez do Banco constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado). A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A é responsável por todas as informações divulgadas.

Risco de crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Risco de Crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o Risco de Mercado e de Liquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do Risco de Crédito e podem se manifestar simultaneamente.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos

pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está implementada de forma a manter as políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à Diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria do Banco.

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Crédito do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado).

Gerenciamento de capital

O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes do Banco de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos.

A principal fonte de informação para fins da cálculo para apuração do capital regulatório é o documento CADOC 2061 – DLO Demonstrativo de Limites Operacionais, submetido mensalmente ao BACEN, onde é detalhado todos os componentes do “PR” – Patrimônio de Referência, que será a base referencial para fins de adequação ao capital mínimo regulatório conforme pronunciamentos da Basileia III.

Para fins de apuração do capital mínimo requerido, o total do RWA é calculado através da soma dos ativos ponderados pelo riscos de crédito, mercado e operacional:

$$\text{➤ RWA} = \text{RWAcpad} + \text{RWampad} + \text{RWAopad}$$

O RWA total consiste na soma desses ativos devidamente ponderados.

Índice da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.193/13 e 4.192/13, apresentando o índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	Junho/2022	Dezembro/2021
Risco de Crédito	9.684.571	7.058.609
Risco de Mercado	966.575	649.402
Risco Operacional	475.263	383.746
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	11.126.409	8.091.757
Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR)	2.094.224	1.994.214
Patrimônio de Referência Exigido (RWA 8%)	890.113	647.341
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	1.204.111	1.346.873
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	18,82%	24,65%

Caso o Banco necessite de capital adicional, o plano de contingência é o aumento de capital através de injeção de capital pela casa matriz SMBC Tokyo.

Qualquer incidente ou problema relevante deve ser imediatamente direcionado ao Comitê de Governança do Banco, que é o grupo designado à centralizar as decisões e definições de medidas para remediar quaisquer problemas relativos à adequação de capital.

O Banco, no intuito de adotar uma postura prospectiva e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de Novos Produtos e Serviços, com a participação permanente do Departamento de Gerenciamento de Riscos, onde é feita uma análise do produto e/ou serviço antes de sua implantação no Banco.

O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução CMN nº 4.557/2017.

O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente e, em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar o tratamento adequado à adequação de capital.

Em caso de mudança relevante nos cenários, a divisão de Finance irá acionar a equipe de IRM (*Integrated Risk Management*) para que ela realize testes de *stress* sob condições mercadológicas e econômicas extremas.

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Capital constam em relatório de acesso público disponível no sítio eletrônico www.smbcgroup.com.br (não auditado). A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas.

Mensuração de Valor Justo

A determinação dos valores justos de ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor presente líquido, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos na maioria de seus produtos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

- **Nível 1** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado, possuem alta liquidez e seus preços disponíveis no mercado. Foram enquadrados nessa categoria os títulos disponíveis para a venda e os futuros da bolsa.
- **Nível 2** - Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis em um mercado ativo, mas são apreçados a partir de preços cotados para instrumentos semelhantes ou técnicas de precificação que utilizem dados observáveis no mercado. Foram enquadrados nessa categoria os SWAPS, NDFs e as Debêntures, em que a metodologia utilizada é o “*mark to model*”, o qual os inputs são coletados do mercado.
- **Nível 3** - Precificação de ativos onde os dados não estão disponíveis no mercado. Sendo assim, de acordo com as melhores práticas de mercado, o valor justo de alguns produtos como Letras Financeiras é calculado por meio do Spread de Crédito para incorporar o risco de crédito do emissor no preço do ativo.

24 Resultados recorrentes e não recorrentes

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o Banco Sumitomo considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

No que se refere impacto da Contribuição Social corrente no resultado do banco devido a majoração da alíquota de 20% para 21% que ocorrerá a partir de Agosto de 2022, temos que o valor de despesa com o imposto caso a alíquota fosse aplicável para esse período de 30 de junho de 2022 seria uma despesa maior em R\$ 886.

25 Outros Assuntos

Desde o início de janeiro de 2020, os mercados financeiros globais monitoram e reagem à pandemia de Covid-19. A Administração do Banco entende que não haverá impacto financeiro nas Demonstrações Financeiras do Banco em 30 de junho de 2022 como resultado e está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações das autoridades de saúde brasileira e seguindo as melhores práticas gerais de resposta à pandemia, não havendo assim impactos na capacidade operacional do Banco. Vale ressaltar que até o presente momento, não houve impacto significativo nas operações, dado a seleção criteriosa da carteira de clientes.